

Um outro socialismo é possível?

Ítalo Alves¹

A última década foi testemunha de uma falência das alternativas ao modelo neoliberal do capitalismo. Da “Terceira Via” europeia à “Maré Rosa” latinoamericana, e em meio a crises econômicas, políticas e sociais, os governos de centro-esquerda acabaram perdendo espaço – de forma democrática ou não – a um caleidoscópio de projetos ameaçadores de direitos e garantias conquistadas. A crença depositada até os anos 2000 nos movimentos sociais e em sua capacidade de pensarem alternativas ao capitalismo global foi esmaecendo com o tempo, e no campo progressista vigora hoje uma sensação de descrença de que “um outro mundo” seja realmente possível.²

As esquerdas no poder acabaram criando o que Zizek chamou de “comunismo liberal” (ZIZEK, 2008, p.16) e Nancy Fraser de “neoliberalismo progressista” (FRASER, 2017): a aliança entre projetos políticos de centro-esquerda com as elites econômicas internacionais; a ideia de que seria possível avançar projetos democráticos sem que o capitalismo financeiro atrapalhasse. No médio prazo, a aliança acabou tendo um efeito deletério no âmbito teórico e discursivo. O único projeto progressista admissível passava por uma visão mercadológica da política e uma concepção individualista do sujeito, e vozes críticas dentro das próprias esquerdas, que questionavam a viabilidade e a desejabilidade desse modelo, acabavam sendo silenciadas. A receita, em dado momento, começa a desandar, e o cenário passa a ser de negação dos ideais progressistas e formação de uma insatisfação generalizada em relação à economia, ao mercado de trabalho, às condições de vida e à cultura. E após anos de colonização discursiva pelas esquerdas hegemônicas das alternativas críticas do *statu quo*, o resultado é uma incapacidade de se conceber alternativas políticas e de se pensar além do tempo presente, como se o capitalismo neoliberal e sua forma de organização social tivessem finalmente cumprido a promessa de Reagan e Thatcher nos anos 1980: não há alternativa.

Essa situação de insatisfação generalizada com o cenário político e a concomitante incapacidade de formulação de alternativas formam o substrato que motiva as questões centrais

¹ Doutorando em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: italo.alves@acad.pucrs.br.

² O fato de que a última edição do Fórum Social Mundial, em 2016, tenha alterado seu slogan histórico “um outro mundo é possível” para “um outro mundo é necessário” talvez seja sintomática.

de *A Ideia de Socialismo*, obra publicada originalmente em 2015 e que recebeu tradução ao português europeu em 2017, pelas Edições 70. O livro mais recente do filósofo e teórico alemão Axel Honneth, expoente da “terceira geração” da Escola de Frankfurt, parte do cenário político atual para investigar o estado de uma ideia: o socialismo. Honneth tenta responder a pergunta sobre a incapacidade criativa da política atual com uma pergunta dúplice: por que o socialismo não é mais capaz de inspirar alternativas ao capitalismo, sobretudo em sua forma atual? E quais as mudanças conceituais pelas quais a ideia do socialismo deve passar para que possa retomar sua vitalidade e potencial crítico?

A resposta para a pergunta passa por uma reconstrução da ideia do socialismo e uma atualização para o momento presente. O livro se divide em quatro capítulos. Nos dois primeiros, Honneth empreende uma reconstituição do que chama de ideia original do socialismo – a forma como os primeiros teóricos socialistas desenharam suas críticas e articularam suas alternativas ao modelo liberal de efetivação dos princípios revolucionários franceses – e identifica o que entende serem problemas teóricos nessas formas. Nos dois últimos capítulos, são propostos caminhos possíveis para uma renovação da ideia do socialismo em face dos problemas que se põem à teoria política contemporânea, resumidos pelos conceitos de “experimentalismo histórico” e “forma de vida democrática”. Honneth não está preocupado em investigar eventos políticos recentes, nem em indicar possibilidades concretas de ação. Não são discutidas as formas reais do socialismo, mas sua ideia – daí o título.

Essa ideia, segundo Honneth, teria sua origem como fruto de um contexto histórico específico, e seria diretamente tributária de dois eventos políticos e econômicos: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Os primeiros usos políticos da palavra “socialista” serviram para designar pensadores do final do século XVIII como Robert Owen, na Inglaterra, e Saint-Simon e Charles Fourier, na França, que tinham em comum a crítica da parcialidade dos princípios políticos invocados pela Revolução Francesa. Entendiam que o capitalismo de mercado impedia que boa parte da população tivesse acesso aos princípios celebrados pela Revolução Francesa, e defendiam que a forma adequada de democratizar os ideais revolucionários era submeter a esfera econômica – a causa da desigualdade política – à vontade social maior.

Honneth chama atenção para o fato de que os aspectos técnicos da distribuição da riqueza social – a coletivização dos meios de produção, por exemplo, ou a instalação de um banco central gestor da economia, como proposto mais tarde por Proudhon – eram concebidos

sempre como *meios* de um fim que não era estritamente econômico, mas moral. Para os primeiros socialistas, a questão central era articular modelos sociais capazes de darem conta de uma efetivação plena e equilibrada dos três princípios da Revolução Francesa. O quadro normativo dos burgueses revolucionários não foi só aceito, mas defendido pelos socialistas. Suas demandas não faziam referência a princípios novos; pelo contrário, buscavam uma reconciliação entre liberdade, igualdade e fraternidade. E essa reconciliação passava principalmente por substituir a concepção de liberdade liberal, individualista, por uma noção intersubjetivista, segundo a qual a consecução dos fins dos outros não fosse um impeditivo, mas a própria condição para a consecução de meus fins particulares: uma noção de “liberdade social”. O primeiro a conseguir articular a contento essa junção principiológica, segundo Honneth, foi Marx, através do desenho teórico de relações de produção pautadas por um tipo de reconhecimento intersubjetivo para além do tipo abstrato e finalístico dos liberais. Na “associação de livres produtores” de Marx, os indivíduos se relacionariam não de forma puramente instrumental, mas compreendendo a inter-relação necessária entre a auto-realização de si e dos outros.

O contexto político e intelectual no qual foram gestados esses primeiros modelos de liberdade social fizeram com que eles permanecessem restritos a algumas concepções que Honneth entende merecerem críticas, e o livro trata de três delas: a consideração exclusiva da economia como campo de transformação social, a eleição de um proletariado operário como grupo social próprio para “carregar” o socialismo, e uma concepção necessitarista da história. Críticos a essas concepções surgiram após a Segunda Guerra Mundial – Honneth menciona Castoriadis, na França, Habermas, na Alemanha, e o “Marxismo Analítico” do mundo anglófono – orientados pela necessidade de dar ao socialismo uma roupagem “pós-marxista”, dando conta das críticas e reformulando-o de forma mais abstrata.

A primeira crítica é à ideia dos “pais fundadores” do socialismo de que o mercado capitalista seria o grande responsável por impedir uma efetivação plena do quadro normativo revolucionário, o que fez com que seus esforços ficassem restritos a propostas alternativas exclusivamente ao *mercado*. A prática democrática foi sempre deixada de lado, destituída de valor normativo e entendida como incapaz de apresentar potencial emancipatório. Na sociedade socialista de Marx, não seria possível a formação de vontade democrática fora da economia, e portanto não haveria necessidade de se falar em direitos de auto-afirmação, por exemplo. Segundo Honneth, essa visão desconsidera a importância dos direitos civis e das lutas sociais

necessárias para conquistá-los. A adstrição ao campo econômico ignora também a lição hegeliana segundo a qual a liberdade econômica, ou a “efetivação da vontade” no âmbito da sociedade civil, tem como condição necessária a garantia dos direitos individuais liberais.

A segunda crítica é à noção de que interesses sociais, antes de se efetivarem, já estariam latentes na realidade social objetiva. Essa concepção, que implora pela identificação na realidade social de um sujeito capaz de “levar adiante” um projeto de transformação social, resultou no problema histórico de identificar – de maneira “quase religiosa”, nas palavras de Honneth – o socialismo com o operariado. Ao conceber o pensamento socialista como produto “orgânico” de um grupo social determinado, a teoria passa a depender da existência fática de um operariado revolucionário – crítica já apresentada pela primeira geração da Escola de Frankfurt, sob direção de Horkheimer. O advento da sociedade pós-industrial, depois da Segunda Guerra, quando os setores de serviços ganham proporção maior do que o setor industrial, impõe uma questão teórica central: se o socialismo é produto de um interesse social imanente de um grupo determinado, e esse grupo perde relevância ou desaparece completamente, como seria possível falar em socialismo?

A terceira crítica é voltada ao necessitarismo da teoria da história de Marx, que se apresenta de duas formas: primeiro, na ideia de luta de classes, baseada numa crença forte em uma sucessão progressiva de superações, por uma classe subjugada, de situações de dominação, culminando na abolição final da sociedade de classes; depois, no otimismo em relação ao progresso científico e ao desenvolvimento das forças produtivas. O necessitarismo teórico expresso por esses dois pontos levaria, segundo Honneth, a certa complacência política no longo prazo. Se as cartas do jogo já estão distribuídas de antemão, o ímpeto pela experimentação social, pela tentativa e erro de alternativas políticas reais, seria bastante enfraquecido, levando a uma espécie de esperança vazia numa eterna revolução por vir.

As respostas a esses problemas – em grande medida influenciados por concepções de mundo trazidas pela Revolução Industrial – são ensaiadas por Honneth na forma de dois movimentos teóricos: de um lado, uma abertura maior ao experimentalismo histórico; de outro, uma consideração mais detida ao âmbito de formação da vontade democrática.

Honneth entende que modelos de organização social terão tanto mais peso e relevância teórica quanto mais forem testados na realidade. Priorizar o experimentalismo histórico é um movimento que passa, em primeiro lugar, por rever a concepção segundo a qual mercado e capitalismo seriam sinônimos. A aversão à economia de mercado, segundo Honneth, está

pautada pela ideia de que a liberdade social só pode ser efetivada no âmbito econômico, e que a estrutura do mercado estaria inexoravelmente vinculada ao conceito liberal de liberdade, incompatível com a liberdade social. Honneth lembra que foram três os modelos econômicos popularizados no rescaldo da Revolução Francesa: o mercado, a associação de livres produtores, e a planificação estatal. Abrir espaço para uma experimentação histórica não significa aceitar o mercado como o único dos modelos capaz de dar conta do projeto normativo socialista, mas sim entender que a preferência por um desses modelos – ou mesmo outros possíveis – não é dada *a priori*, e depende dos resultados, sempre parciais, de hipóteses e experiências testadas concretamente. Em segundo lugar, deve ser abandonada a noção de que a ideia do socialismo é encarnável em um grupo social dado, já que estes serão sempre contingentes. Afastando-nos de uma restrição do projeto a um grupo determinado, abriríamos a teoria a particularidades sociais no tempo e no espaço e poderíamos então identificar “capacidades socialistas” não em grupos determinados, mas em “eventos históricos” capazes de avançar o princípio da liberdade social.

O segundo movimento corretivo consiste em expandir os âmbitos em que a efetivação da liberdade social pode ser pensada – do econômico, também para a formação da vontade coletiva e das relações fraternais, ou, nos termos de Honneth, para os âmbitos da “política democrática” e do “amor”. Aqui é possível identificar de forma clara o projeto honnethiano mais amplo de fundamentação da normatividade social. Em *Luta por Reconhecimento*, publicado originalmente em 1993, e mais recentemente em *O Direito da Liberdade*, publicado de 2011, Honneth elabora um sistema de integração de esferas sistemicamente diferenciadas em uma estrutura coerente pautada pela ideia de reconhecimento recíproco. A divisão compreende os âmbitos do “amor”, dos “direitos” e da “solidariedade”, e injustiças, ou patologias sociais, são pensadas como violações ou falhas em experiências de reconhecimento em algum desses âmbitos. Honneth retoma aqui a ideia de uma sociedade sistemicamente diferenciada mas integrada, e entende que as alternativas ao capitalismo devem ser pensadas não mais “de baixo para cima” – em termos de infraestrutura e superestrutura – mas como estrutura complexa aberta à experimentação e à efetivação da liberdade social em todos os seus âmbitos, do mais geral e institucionalizado, como a economia, ao mais particular e imediato, como o âmbito das relações pessoais.³

³ A ideia de uma democratização do âmbito pessoal remonta à conhecida demanda feminista dos anos 1960: “o pessoal é político”.

Honneth termina o livro propondo uma ideia de “socialismo internacionalista sensível à particularidade local”. Segundo ele, diferentes esferas sociais possuem diferentes alcances. O âmbito erótico ou fraternal é quase sempre local, por exemplo, enquanto o âmbito das relações econômicas, ao menos nas sociedades ocidentais, das quais fala Honneth, é internacionalizado, global. Uma alternativa futura ao capitalismo deve dar conta de pensar todos esses âmbitos, o que envolve necessariamente questionar-se sobre a própria estrutura adequada para acomodar esse projeto, especialmente em um momento em que, por um lado, o Estado-nação parece não dar conta com uma sociedade civil e uma economia transnacionalizadas, e, por outro, os nacionalismos se alastram por todo o ocidente. Honneth aposta na esfera pública como esse espaço, deslocando-o ao mesmo tempo da criticada vinculação ao operariado e da sociedade pós-revolucionária marxiana.

Pode-se aduzir que Honneth talvez tenha apresentado uma leitura um pouco *seletiva* dos autores que comenta, sobretudo de Marx, ao considerar principalmente suas obras de juventude, sem atentar para reformulações posteriores, do Marx maduro. Ou então que não desenvolve devidamente alguns conceitos centrais com os quais trabalha. Embora digno de menção, isso não parece desqualificar sua análise, que não pretende, como ele menciona, servir como orientação propriamente política ou como guia de ação. O papel que *A Ideia de Socialismo* ocupa no cenário intelectual é de catalisador do campo de alternativas democráticas e emancipatórias ao nosso tempo. Não é descabido questionar, de qualquer forma: por onde começar a pensar esse socialismo que se propõe muito mais abstrato, que não conta com a figura do operariado revolucionário nem com uma convicção firme e um modelo concreto capazes de se imporem à “última fase do capitalismo” que vivemos?

As repostas, Honneth diria, estão na prática. O esforço teórico de *A Ideia de Socialismo* pode ser lido em conjunção com experiências políticas atuais, como as hipóteses de construção de um projeto de esquerda pós-marxista pelo Podemos, na Espanha, e a recente reabilitação discursiva do “socialismo democrático” na esfera pública estadunidense, pela figura de Bernie Sanders. Por tocar em assuntos atuais e se colocar uma questão premente, não seria nenhuma surpresa se o livro de Honneth pudesse em breve inspirar também, além de debates teóricos, experiências políticas concretas.

Referência da obra analisada

HONNETH, A. *A Ideia de Socialismo: tentativa de atualização*. Lisboa: Edições 70, 2017.

Referências

ZIZEK, S. *Violence*. Nova York: Picador, 2008.

FRASER, N. The End of Progressive Neoliberalism. In: *Dissent*. 2 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser>. Acesso em: 5 out 2017.